



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ISRAELLY PAULO DE CARVALHO AVELINO

**AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DO ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO
NA ESCOLA MARIA EUDÉSIA DE CARVALHO NA CIDADE DE CAIÇARA-PB**

**GUARABIRA - PB
2017**

ISRAELLY PAULO DE CARVALHO AVELINO

**AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NA ESCOLA MARIA EUDÉSIA DE CARVALHO NA CIDADE DE CAIÇARA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba**

**GUARABIRA – PB
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

A948c Avelino, Israelly Paulo de Carvalho

As contribuições da sala do atendimento escolar especializado na Escola Maria Eudésia de Carvalho na cidade de Caiçara - PB. / Israelly Paulo de Carvalho Avelino - Guarabira: UEPB, 2017.
44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira”.

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Alunos com deficiência. I. Título.

22.ed. CDD 371.9

ISRAELLY PAULO DE CARVALHO AVELINO

AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DO ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO
NA ESCOLA MARIA EUDÉSIA DE CARVALHO NA CIDADE DE CAIÇARA-PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 22/11/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Ms. Sheila Gomes de Melo - (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Ms. Giovana Barroca de Moura - (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba

GUARABIRA – PB

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, esposo, aos meus familiares e a todos que de certa forma contribuíram para a realização do meu trabalho de conclusão de curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mim dá paciência e sabedoria para nunca desistir da minha carreira acadêmica. Dando-me coragem e animo durante as dificuldades encontradas nas noites de estudo.

Em segundo lugar agradeço aos meus pais e familiares por nunca deixar-me desistir do meu sonho, mim dando total apoio, incentivando e até às vezes me cobrando pelo termino deste curso me ajudando nas dificuldades encontradas para que não viesse me fazer desistir.

Meus sinceros agradecimentos a professora Giovanna Barroca que foi a minha inspiração para o desenvolvimento desse estudo e ao meu orientador Professor-Doutor Vital Araújo Barbosa de Oliveira que me orientou e incentivou dando-me a atenção necessária para a conclusão deste estudo.

Aos colegas de turma por sempre estarmos juntos na luta diária por uma vida acadêmica de vitórias e que com muita luta estamos chegando ao final dessa tão sonhada jornada que nos proporcionará muitas conquistas e realizações.

À coordenação do curso que sempre nos auxiliou com prudência e atenção, nos dando suporte acadêmico e proporcionando o que de melhor os docentes tinham a nos repassar e que sempre nos prestava serviços acadêmicos avisando, informando, enfim, nosso muito obrigado.

Ainda as pessoas que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização desse sonho que irá proporcionar muitas realizações e oportunidades únicas.

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.”
RUBEM ALVES

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	15
2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA IMPORTÂNCIA.....	18
2.3 A INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	19
2.4 CUIDADOS DIFERENTES PARA CADA DEFICIÊNCIA.....	20
2.5 A ESCOLA E A INCLUSÃO.....	22
2.6 OS DIREITOS QUE SÃO ATRIBUÍDOS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	23
3 HISTÓRIA DA ESCOLA MARIA EUDÉSIA DE CARVALHO.....	26
3.1 A SALA DO AEENA ESCOLA MARIA EUDÉSIA	28
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	30
4.1 TIPOS DE PESQUISA.....	30
4.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	30
4.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	31
4.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
APÊNDICES.....	40

RESUMO

A Educação Especial é uma forma mais adequada de ajudar as pessoas portadoras de necessidades especiais a viverem uma vida “normal”, ou pelos menos pensa-se que teria que ser assim, pois através deste contexto alguns estudantes “normais”, pois todos temos nossas limitações independente de portar alguma necessidade especial, descobrem ser capaz de atos generosos e responsáveis desde cedo. Compreende-se que o processo de Integração é a pura e simples inserção escolar de alunos com deficiência, podendo ser em classes comuns, em classes e/ou escolas especiais, isto irá depender apenas das condições deste aluno, conforme suas possibilidades de participar e acompanhar as atividades desenvolvidas no contexto escolar. As ofertas no atendimento na Classe Comum passam a abranger também a atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis – Língua de Sinais, Sistema Braille, instrutores surdos e itinerância. Há também a oferta de atendimento na Sala de Recursos, na qual o professor da educação especial realiza a complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. As escolas passam a fazer adequação física dos edifícios para receberem os alunos. Não se pode esquecer o direito do cidadão. As escolas são construídas para promover educação para todos; portanto, todos têm direito de participar ativamente da sociedade da qual fazem parte. Estas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos que estão matriculados nela, independentemente de suas particularidades.

PALAVRAS -CHAVES: Escola; Inclusão; Sociedade

ABSTRACT

Special Education is a more appropriate way of helping people with special needs live a "normal" life, or at least it is thought that it would have to be so, because through this context some "normal" students, because we all have our limitations, regardless of their special needs, find themselves capable of generous and responsible acts from an early age. It is understood that the Integration process is pure and simple school insertion of students with disabilities, being it in common classes, in special classes and / or schools, this will depend only on the conditions of this student, according to their possibilities to participate and follow activities developed in the school context. The offerings in attendance in the Common Class will also include the role of special education teacher, language interpreters and applicable codes - Sign Language, Braille System, deaf instructors and roaming. There is also the provision of assistance in the Resource Room, in which the special education teacher complements and / or supplements curriculum, using specific equipment and materials. Schools begin to make physical adjustments of buildings to receive students. One can not forget the right of the citizen. Schools are built to promote education for all; therefore, everyone has the right to participate actively in the society of which they are members. These policies seek to broaden access to the regular school, increase participation and ensure the permanence of all students who are enrolled in it, regardless of their particularities.

KEYWORDS: School; Inclusion; Society

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Responsável pelo aluno.....	32
Gráfico 2 – Quantos filhos você tem com necessidades especiais do AEE?.....	33
Gráfico 3 – Há quanto tempo seu filho está inserido na sala do atendimento educacional especializado da Escola Maria Eudésia de Carvalho?.....	33
Gráfico 4 – Na sua opinião a escola oferece um espaço físico adequado para atender os alunos que necessitam de um atendimento especial?.....	34
Gráfico 5 – Como é a sua relação com a escola?.....	34
Gráfico 6 – Você já percebeu algum avanço na aprendizagem do seu filho após ele ter sido inserido na sala do AEE da escola?.....	35
Gráfico 7 – Seu filho já chegou a sofrer BULLING na escola através dos outros alunos, professores e funcionários?.....	35
Gráfico 8 – Como você avalia a relação do professor com os alunos na sala?.....	36

LISTA DE ABREVIÇÕES

AEE -ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ECA -ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LDBN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

EJA -EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

IAS -INSTITUTO AYRTON SENNA

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PDE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

1.INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma forma mais adequada de ajudar as pessoas portadoras de necessidades especiais a viverem uma vida “normal”, ou pelos menos pensa-se que teria que ser assim, pois através deste contexto alguns estudantes “normais”, todos temos nossas limitações independente de portar alguma necessidade especial, descobrem ser capaz de atos generosos e responsáveis desde cedo.

Entendemos assim que as escolas e as famílias juntas exercem um papel muito importante na inclusão de todos os cidadãos, participando e incentivando nas cooperação e ajuda no que diz respeito a esse público de necessidades especiais.

A politização no atendimento na Classe “normal” passa a abranger também a atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes – Língua de Sinais, Sistema Braille, instrutores surdos dentre outros. Também a oferta do atendimento na Sala de Recursos, na qual o professor da educação especial, separado do professor “normal” de sala de aula, realiza a complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. As escolas passam a fazer adequação física dos edifícios para receberem os alunos.

O objetivo deste trabalho é dar destaque a educação especial para melhor compreender a respeito dessa inclusão, sendo assim observarmos e entendermos o quanto é importante este atendimento, desde que seja satisfatório, para que se desenvolvam melhor em suas atividades escolares e os alunos “especiais” desenvolvam dentro de seu limite, competências e habilidades, que existem em seu contexto educacional.

No mesmo foi incorporado através de pesquisa a campo foram organizados em duas categorias, e algumas visitas na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), no município de Caiçara e conversas informais com as atendentes dessa sala.

O trabalho está assim discorrido: Em primeiro lugar um breve histórico dessa história que tanto passou por movimentos sociais para estar no papel, os direitos adquiridos com muita luta e sofrimento, seguindo o conceito e importância da

Educação Inclusiva, para que se entenda que através desses recursos podemos desenvolver habilidades e competências escondidas nessas pessoas; Em segundo lugar discorre-se sobre a inclusão do aluno portador de necessidades educacionais especiais; Em terceiro lugar faz-se um breve comentário sobre o método da pesquisa, onde retrato como o trabalho deu-se em sua decorrência; E por fim um breve histórico sobre a escola observada e relatos das visitas à sala de recursos e as experiências vividas na mesma, pois entendemos que para acontecer o aprendizado nessas pessoas devemos sempre estarmos em constante mudanças.

Entendemos que ainda se tem muito a ser estudado e a ser entendido para que aconteça tais mudanças e que realmente se possa dar andamento a esse sonho que se chama INCLUSÃO, porém o caminho ainda se tem muito que ser percorrido e sabemos que não será uma tarefa fácil, mas não adiantará nada se não tentarmos.

2 -FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 Breve contextualização da Educação Especial

A Educação Especial esta definida na Lei nº. 9.394/96 no *art. 58* (Lei de Diretrizes e Bases) como uma modalidade da educação escolar, tendo em vista esta legislação vigente percebe-se então que esta criança e/ou adolescente, no que diz respeito ao contexto educacional, tem direito a esta modalidade de ensino, pois enquanto cidadão a lei prevê, igualdade de direitos e deveres, mesmo quando em situação de privação de liberdade.

A Lei nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) ainda nos traz em relação ao atendimento destas crianças em seu *art. 59* que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) em seu *art. 53* se refere ao direito da criança e do adolescente à educação, visando o seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, citando em seu *inciso I* a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, independente de sua situação e em seu *inciso III*– enfatizando que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente sendo realizado na rede regular de ensino.

A integração destacou-se por volta da década de 70 fundamentada nos princípios de normalização, individualização e integração, mas segundo Sasaki apud Buccio e Buccio (2008, p. 71 e 73) essa ideia veio para acabar com as práticas de exclusão e integrar os deficientes de forma geral na sociedade.

Para Buccio e Buccio (2008, p. 76) na perspectiva integradora o ensino é dividido em regular e especial, sendo que a Educação Especial buscava normalizar as pessoas com deficiência no intuito de atender ao padrão social. E no ensino regular o aluno com necessidades educativas tem toda a responsabilidade de seu fracasso escolar.

O processo de inclusão apesar de promover a interação social das pessoas com deficiência, não fica distante da concepção de marginalização, pois deposita todas as responsabilidades na pessoa portadoras de necessidades especiais de maneira que se esse educando não conseguir acompanhar é problema dele. Conforme Guebert (2007, p. 70) a escola integradora então é aquela que não sofre modificações e sim o aluno deve se adaptar ao espaço educativo.

Compreende-se que o processo de Integração é a pura e simples inserção escolar de alunos com deficiência, podendo ser em classes comuns, em classes e/ou escolas especiais, isto irá depender apenas das condições deste aluno, conforme suas possibilidades de participar e acompanhar as atividades desenvolvidas no contexto escolar.

A Conferência Mundial sobre as necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha em Salamanca se defendeu que ao contrário da integração o processo de Inclusão tem por objetivo atender a todos os alunos, da qual segundo Fernandes (2006, p. 36 e 55) resultou a Declaração de Salamanca, que defendia uma escola única para todos, independentemente de suas diferenças individuais.

Para atender essa nova perspectiva a escola inclusiva de acordo com Minetto (2006, p. 51) é aquela que se organiza para oferecer condições reais de aprendizagem e não só à socialização, o que implica um remanejamento e reestruturação dos recursos e do suporte psicoeducacional.

Ainda da autora Minetto (2006, p. 51) “a escola inclusiva tem no seu currículo e no projeto político-pedagógico o reflexo de seus pensamentos, concepções e desejos, por isso de nada adianta colocar no papel algo que não vão conseguir cumprir”.

Nessa perspectiva que o meio deve se adequar para atender as necessidades dos alunos com deficiência, Fernandes (2006, p. 25) fala que é importante ver a flexibilização do currículo escolar como princípio inclusivo, além claro das demais mudanças necessárias.

Conforme Minetto (2006, p. 67), para alguns profissionais pode haver uma grande distância entre teoria e prática. Entender teoricamente as concepções que embasam as adaptações curriculares, após algumas leituras e debates pode parecer simples, mas sair do papel para ação exige muito mais que boa vontade, requer, com certeza, persistência, ousadia, criatividade e fundamentalmente uma visão crítica sobre a diversidade.

A inclusão segundo Sasaki apud Buccio e Buccio (2008, p.31) é um processo que deve ser revisto diariamente, é um caminhar constante rumo à integração, acertos, progresso respeitando a individualidade e limite do aluno.

Para que ocorra esse progresso é necessário segundo Minetto (2006, p. 55), a decisão de modificar ações pedagógicas e alterar o currículo deve ser tomada por uma equipe e nunca somente pelo professor deve contar com a participação ativa de toda a equipe técnico-pedagógica da escola, assessoria externa e dos pais.

Ainda para Minetto (2006, p. 50) “a implantação dessa nova concepção de educação requer a existência de profissionais bem formados e que entendam a diversidade das necessidades educativas a partir da sua própria diversidade”.

2.2 A Educação Inclusiva e sua importância

De acordo com Fonseca (2003, p. 104), “educar uma criança com necessidades educacionais especiais ao lado de crianças consideradas normais é um dos principais pilares da sociedade democrática e solidária”. Na escola inclusiva entendemos que o processo educativo seria como uma ação social em que todas as crianças com necessidades especiais e distúrbio de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

Estas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos que estão matriculados nela, independentemente de suas particularidades.

Mantoan (2003, p. 32) afirma que a escola inclusiva [...] provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Comuns são as escolas que operam de acordo com as exigências da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional e cuja autorização de funcionamento ocorre nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN e dos dispositivos complementares de cada sistema de ensino. As classes comuns, por outro lado, são uma forma de distribuição dos alunos adotadas pelas escolas comuns em função do nível de conhecimento destes. Na educação básica, as escolas e classes comuns são organizadas com regras comuns previstas no artigo 24 da LDBEN.

As ofertas no atendimento na Classe Comum passam a abranger também a atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis – Língua de Sinais, Sistema Braille, instrutores surdos e itinerância. Há também a oferta de atendimento na Sala de Recursos, na qual o professor da educação especial realiza a complementação e/ou

suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. As escolas passam a fazer adequação física dos edifícios para receberem os alunos.

Não se pode esquecer o direito do cidadão. As escolas são construídas para promover educação para todos; portanto, todos têm direito de participar ativamente da sociedade da qual fazem parte. É direito de toda criança ter uma educação de qualidade em que suas necessidades possam ser atendidas possibilitando desenvolver seus lados cognitivos, emocionais e sociais. Mantoan (2003, p. 15) comenta:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidade de ensino, tipos de serviço, grades curriculares. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Isso significa que a formalidade que estar contida nas escolas deixam a desejar essa inclusão, pois se deixarmos a formalidade aflorar não teremos a inclusão, pois sabemos que a mesma é um processo que foge a formalidade, que tenta se adequar ao aluno e suas necessidades especiais.

2.3 A Inclusão do aluno portador de necessidades Educativas Especiais

Gonçalves (2005) cita que no Brasil há 24 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e que isso deve ser tratado como uma questão social de interesse de todos. Nos diversos períodos da história da humanidade, a deficiência era vista de diferentes maneiras.

Segundo Cavalcante (2005) na maior parte das escolas brasileiras a inclusão das crianças portadoras de necessidades educativas especiais não acontece da maneira que deveria realmente acontecer. A referida autora cita que talvez por falta de informação ou até mesmo pela omissão de muitos pais, dos educadores e do poder público, muitas são as crianças que ainda vivem isoladas em instituições especializadas, privadas de conviver com as demais crianças em uma escola regular. Como cita:

O motivo principal de elas estarem na escola é que lá vão encontrar um espaço genuinamente democrático, onde partilham o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos, o corpo e o pensamento que tiver. Por isso quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário. (CAVALCANTE, 2005, p. 40)

Também Mantoan (2003) cita que as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas e críticas. Segundo a autora, nessas escolas os alunos aprendem a valorizar a diferença a partir da convivência com seus pais. Nessas escolas as aulas são ministradas embasadas em relações de afetividade. Uma escola que funciona dessa maneira estará aberta às diferenças e os educadores são capazes de ensinar a turma toda sem discriminação.

2.4 Cuidados diferentes para cada deficiência

Quando a escola e professores recebem um aluno portador de necessidades educativas especiais, devem estar preparada, ou pelo menos deveriam estar preparadas, para atender às suas necessidades.

Por exemplo, quando o aluno atendido apresentar dificuldades visuais existem determinados materiais que devem ser usados para que as situações de aprendizagem sejam realmente significativas para ele: o uso de regletes (uma espécie de régua para escrever em braile). Se faz importante que o professor saiba como se dá o uso desse material, que seja capacitado para este fim. Algumas orientações que devem ser passadas para o aluno no que diz respeito à locomoção, comunicação e acessibilidade. É necessário, por exemplo, colocar cercados no chão, abaixo dos extintores de incêndio e também deve ser instalados corrimões nas escadas, caso existam escadas na escola. Também é importante que não se modifique a disposição dos móveis e utensílios da sala, pois o aluno aprende a posição em que se encontram e usa essa orientação para locomover-se na sala de aula.

Outro exemplo, quando a escola recebe um aluno portador de deficiência física os espaços das escolas devem ser adequados as suas necessidades e não o contrário. Não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim a escola que deve ser adaptada para atender às necessidades do educando. A adaptação do espaço físico deve conter: rampas de acesso, barras de apoio e portas largas, móveis adequados para atender as necessidades do aluno.

No caso de alunos que fazem uso de cadeiras de rodas, deve-se atentar para que a posição seja mudada constantemente evitando desconforto e cansaço para o aluno. Se faz importante questionar aos pais do aluno se existem posições adequadas para ficar e o professor deve certificar no decorrer das aulas se esta posição está correta.

Nos casos em que a escola recebe alunos portadores de deficiência mental deve possuir uma equipe que possa realizar um acompanhamento individual e contínuo. Sabe-se que, geralmente os deficientes mentais têm dificuldades para operar ideias abstratas. O professor deverá receber todo o apoio dos profissionais especializados para que possa oferecer ao aluno condições de aprendizagem adequadas às suas necessidades, de modo que o mesmo tenha todas as suas potencialidades desenvolvidas.

O professor deverá estar atento às necessidades de cada aluno, para que a partir dessa observação possa auxiliá-lo nas dificuldades que o mesmo apresenta. É importante afirmar que nem sempre quando um aluno vai mal e toda a sala tem um desenvolvimento satisfatório, esse aluno apresenta algum tipo de deficiência. Deve-se considerar que, muitas vezes a forma como é ministrada a aula atinge determinados alunos, mas não foi a forma correta para atender a necessidade de aprendizagem de outro. Daí a importância do olhar sempre atento do professor.

2.5 A Escola e a Inclusão

Camargo (2005) define que para que todas as necessidades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais sejam verdadeiramente atendidas se faz necessário que os professores e todos os outros profissionais saibam como atuar de modo a atender estas necessidades. Não se pode falar de inclusão quando dentro da instituição escolar a equipe não tem o devido preparo para atender aos alunos. Muitas vezes é fundamental a atuação de uma equipe multidisciplinar.

Também Baptista e Rosa (2002) tratam sobre o tema inclusão, afirmando quão importante é a integração da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais. Os autores citam que na Itália, país em que há um alto índice de inclusão existem alguns critérios nas escolas para que a inclusão seja realmente eficaz para o aluno. Como citam os autores mencionados:

A limitação numérica de 20 alunos para as classes que possuem alunos com necessidades educacionais. A presença de, no máximo, dois alunos com necessidades educacionais especiais em uma sala. A presença de um professor de apoio para atuar junto à classe, como suporte de todos os envolvidos (professor e alunos). (BAPTISTA E ROSA, 2002, P. 131)

Outra autora que trata sobre os portadores de necessidades educacionais especiais Maria Tereza Mantoan (2003) que diz ser a inclusão uma das melhores maneiras para que as escolas revejam diversos fatores dentro do seu quadro. O aluno portador de necessidades educacionais especiais não pode ser tratado como um sujeito que não tem habilidades a serem desenvolvidas. Deve-se acreditar e investir no seu potencial.

A escola inclusiva oferece a todos as mesmas oportunidades. Mantoan (2005) em entrevista concedida à Revista Pátio (2005, p. 24-26), quando questionada sobre o que é inclusão diz que:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus ou até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Cada estudante deve receber atendimento dentro de suas particularidades, independente das necessidades que estes tenham, ele é um ser único e que tem direito à educação de qualidade. O espaço escolar deve ser organizado de modo a tornar a educação acessível a todos os alunos. A LDB nº 9394/96 tem um capítulo destinado à Educação Especial e, em seu artigo 58 diz que a Educação Especial é uma modalidade destinada aos portadores de necessidades educativas especiais e que deve ser ofertada, de preferência na escola regular e, se necessário, os serviços especializados atuarão juntamente com a escolar regular em que o aluno está matriculado.

Mesmo assim, entendemos que as leis diversas buscam assegurar aos portadores de necessidades educativas especiais todos os seus direitos, é importante que cada cidadão procure respeitar e compreender o quanto se faz necessário que a sociedade esteja pronta a oferecer a todos acesso e permanência na escola.

2.6 Os direitos que são atribuídos aos portadores de necessidades educativas especiais

Em dezembro de 1982 foi aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas o Programa de Ação Mundial para pessoas com deficiência. O mesmo tinha a principal finalidade desse programa é servir de base para todos os países interessados em lutar para defender os direitos das pessoas portadores de deficiência, com os seus direitos garantidos.

No ano de 1994 foi elaborada pela Unesco e pelo governo da Espanha a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades

Educativas Especiais. Consta nessa declaração o princípio de integração e preocupação em garantir escola para todos. Como se afirma, a Declaração de Salamanca:

Proporcionou uma oportunidade única de colocação da Educação Especial dentro da estrutura de "Educação para todos" firmada em 1990. Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais. (UNESCO, 1994, p. 15)

Sendo assim, a inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos pensamentos e é um motivo a mais para que o ensino se qualifique e para que os professores se aperfeiçoem às suas práticas.

A LDB 9394/96 em seu artigo 59 prescreve que é de responsabilidade dos sistemas de ensino assegurar aos educandos com necessidades especiais a sua efetiva integração na vida no meio social, inclusive criando condições de inserção no mercado de trabalho para aqueles que possuem condições de exercer uma profissão.

O progresso da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais com na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir um aprendizado significativo desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

É de suma importância que o aluno portador de alguma necessidade educacional especial seja visto como uma pessoa eficiente, capaz, produtivo e principalmente um ser que tem aptidão para aprender a aprender. Desde que, na luta por uma educação que respeite a individualidade de cada sujeito pode entrar todo e qualquer cidadão que esteja comprometido com o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Mesmo tendo garantido por lei o seu acesso e permanência na escola, sabe-se que o aluno portador de necessidades educativas especiais ainda não tem todos os seus direitos garantidos, uma vez que, a Educação Especial ainda é mal interpretada e questionada. O que pode ser considerado como favorável é que, cada

vez mais cresce o reconhecimento por parte da sociedade e dos responsáveis pelas políticas públicas a necessidade de atender a todos, sem discriminação.

O que faz uma escola ser realmente inclusiva, inclui, acima de tudo, o seu projeto pedagógico. Pois de acordo com MANTOAN (2005) quando se trata de inclusão é importante considerar que não se trata apenas de se colocar dentro da escola rampas e banheiros adaptados, mas sim uma a modificação nas práticas pedagógicas, com atividades e programas diversificados afim de atender as potencialidades de cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem. Todos têm o direito a aprender e isso deve ser visto dentro da capacidade que cada sujeito apresenta, cada um têm as suas condições e isso deve sempre ser levado em consideração pela equipe escolar.

Ao educador que atua com alunos que apresentam alguma deficiência é de responsabilidade está sempre atento às reais necessidades e dificuldades que o educando apresenta. Em determinados momentos se faz importante que o aluno receba um cuidado mais individualizado, uma atenção maior para que as suas potencialidades sejam desenvolvidas plenamente. O aluno tem capacidade de aprender, mas é de suma importância que o professor saiba como organizar as atividades de forma que o aluno possa desenvolvê-las. Deve-se sempre respeitar o ritmo de aprendizado de cada um. Isso vale para qualquer sujeito aprendiz, seja ele um aluno com deficiência ou não.

3 BREVE HISTÓRIA DA ESCOLA MARIA EUDESIA DE CARVALHO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Eudésia de Carvalho, localizada na rua Av. Rio Branco S/N, Caiçara-PB, foi construída na administração do Prefeito Luiz Gonzaga de Carvalho no ano de 2001 para atender a população do nosso município em virtude do crescimento populacional da classe estudantil.

Recebeu esse nome em homenagem a genitora do gestor municipal da época e teve como primeira gestora escolar Vera Lúcia da Costa que também atuou como professora simultaneamente. E, como professores fundadores as professoras Cecí Soares de Almeida, Maria do Rosário da Costa e Monica Maria Lira e como pessoal de apoio as auxiliares Maria Gorete dos Santos e Nívea Maria Dantas da Silva.

Em princípio a escola oferecia apenas o ensino regular com turmas de 1ª a 4ª série nos turnos matutino e vespertino. Com o decorrer dos anos o número de alunos foi crescendo, programas de jovens e adultos foram sendo implementados na escola, tais como: Alfabetização Solidária, Brasil Alfabetizado e a EJA – Educação de Jovens e Adultos, fazendo com que a escola funcionasse nos três turnos.

No ano de 2005, com a administração do prefeito Hugo Alves e a Secretaria Municipal de Educação sob o comando do professor Zé Carlos, a escola implantou o ensino fundamental em 09 anos e passou a oferecer turmas de 4º e 5º ano, EJA do 1º segmento (1ª a 4ª série), sob a direção de Vera Lúcia, tornando-se assim a segunda maior escola do nosso município.

No ano de 2008 a escola acolheu a implantação do Programa Correção de Fluxo (Se Liga e Acelera Brasil), em parceria com o IAS – Instituto Ayrton Senna e teve, inicialmente como coordenadora do programa Ana Patrícia de Mendonça Frazão, supervisora Vera Lúcia da Costa e as professoras Gerlandia Soares, Janete de Fátima e Lucimara Bernardo da Silva. Este programa reduziu consideravelmente a distorção idade/série do município e a metodologia aplicada de forma inovadora, contribuiu muito para os educandos no desenvolvimento da aprendizagem e as novas técnicas de ensino do IAS somou com as do ensino regular melhorando o Ensino Fundamental I na rede.

O Programa de Correção de Fluxo vigorou durante quatro anos e contribuiu também para os resultados e crescimento do IDEB. Nos anos de 2009 e 2010 Vera Lúcia atuou como coordenadora Janete de Fátima Ferreira como supervisora e

como professoras participaram desse programa Daliana Alves de Lima, Marta Maria Miranda de Lima e Rosilda da Costa Amaral de Souza.

No ano de 2010 a escola teve como gestora escolar Ednalva Félix Rosendo, e, desde 2011 atua como gestora Lucimara Bernardo da Silva. Muitos projetos e atividades culturais no decorrer de uma década foram e são desenvolvidos pela escola, dentre os quais destacamos os Projetos Água, Leitura sob Quatro Rodas, Horta Escolar, Pintura em Tela, Pintura em Tecido, Criação de Poemas nas turmas de 5º ano e Música na Escola. Entre as atividades culturais são realizadas o Carnaval na Escola, Páscoa, Festa das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Desfile Cívico, Dia da Criança, Confraternização Natalina, com a participação de toda a equipe escolar e a comunidade local.

No ano de 2011 a escola foi contemplada com o Programa Mais Educação, programa que foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral.

As atividades oferecidas pelo Mais Educação foram organizadas nos seguintes macro campos: acompanhamento pedagógico (letramento/matемática), esporte e lazer (futsal), culturas e artes (flauta doce/banda fanfarra e danças).

Em 2013, após eleições transcorridas, a escola assumiu uma nova concepção, a de colocar em cada escola o seu Coordenador Pedagógico, Gestor e Coordenador Escolar e Orientador Educacional, o que auxiliou bastante para o desenvolvimento das atividades educacionais, os mesmos atuavam diretamente na escola, ou seja, sua carga horária era destinada à escola.

A mesma tem como missão uma escola capaz de preparar os alunos e alunas para a vida e para a aquisição de valores e hábitos socializadores e fornecedores da verdadeira cidadania. E como visão ser uma instituição de ensino público, inovador em suas propostas e práticas pedagógicas e na formação de cidadãos críticos, conscientes e empreendedores. Proporcionando liberdade e democracia em decisões, que dizem respeito ao ambiente educacional.

3.1 A Sala do AEE na Escola Maria Eudésia

O atendimento educacional especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em salas de recursos se destacam: o ensino da Libras, o sistema Braille³ e o Soroban⁴, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros.

Além do atendimento educacional especializado realizado em salas de recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como, por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnologias assistidas, entre outros.

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos Programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado; atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; promover as condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; informar a comunidade escolar a cerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades especiais dos alunos; preparar material específico para o uso dos alunos na sala de recursos; orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;

indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade e articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Também, na Sala de Recursos Multifuncionais, devem estar à disposição dos alunos um arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente promover vida independente e inclusão, que são chamadas de Tecnologias Assistivas.

O acompanhamento pedagógico do aluno deverá ser registrado semestralmente, deverá ser registrado também os avanços acadêmicos e situações que ocorreram nesse período. O aluno frequentará a sala multifuncional pelo tempo necessário para a superação das dificuldades e obtenção de êxito no processo de aprendizagem na classe comum.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho vem sendo tratada a compreensão e a importância do contexto educacional das crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, como também um olhar diferente para a formação do educador e sua influência no trabalho com a Educação Especial, para uma melhor compreensão do conhecimento e da aprendizagem das crianças.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Deste modo optamos por uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes. Para Bogdan e Biklen (1994), as pesquisas qualitativas são compostas por cinco características:

- 1) O ambiente natural é a principal fonte direta dos dados e o investigador é o instrumento principal;
- 2) Elas são descritivas, ou seja, o investigador procura perceber com que frequência determinado fenômeno acontece, buscando não interferir;
- 3) Os investigadores preocupam-se mais com o processo do que os resultados;
- 4) Os investigadores procuram analisar os dados de forma indutiva;
- 5) O significado é essencial na abordagem qualitativa.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador é essencial para a realização da pesquisa. Por isso, ele não deve se deixar conduzir apenas pelas aparências ou por preconceitos, mas ter como meta compreender os fenômenos como um todo.

4.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Este trabalho foi realizado, por meio de uma pesquisa de campo, com a observação de atividades decorridas e planejadas pelas professoras da sala do AEE, na qual foi realizada na E.M.E.F. Maria Eudésia de Carvalho, da Cidade de Caiçara-PB, onde fica situada na Rua: Avenida Epitácio Pessoa, S/N, Bairro: Centro.

A turma em que essa pesquisa foi realizada foi na sala do AEE, onde a professora atende a duas crianças por hora, dando ênfase a que mais precisa de

acompanhamento, quando a crianças tem cuidadora essa a acompanha na sala também.

A cada turno ela trabalha com 10 crianças, ou seja, ela tende por dia 20 crianças portadoras de necessidades especiais, dando oportunidade de expressão e colaboração das cuidadoras, ela passa atividades condizentes com necessidade.

4.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para a execução dessa pesquisa, foram aplicados um questionário as professoras da sala do AEE(apêndice A) e um questionário aos pais dos alunos (apêndice B), atende várias observações que nos proporcionaram um olhar mais profundo desse estudo, onde observamos vários contextos que ainda precisam de mudanças,

4.4 ANÁLISES DOS DADOS

A realização dessa pesquisa foi feita através de uma leitura exaustiva e por meio de levantamentos de dados informativos que contribuem para uma melhor compreensão do conteúdo em análise tendo em vista que este foi executado a partir de visitas no ambiente escolar para conhecer o espaço físico da escola e como funciona esse modo educacional para com as crianças portadoras de necessidades especiais, realização de diálogo com representantes da direção escolar, entrevista com o professor onde o mesmo descreve sua experiência de vida em meio a sua área profissional, a entrevista com pais de alunos que auxiliou para esclarecer diversas questões importantes tais como se de fato o aluno vinha apresentando um melhor desenvolvimento a partir de sua participação na sala do AEE, e também o que os pais achavam da qualidade de ensino que a escola oferecia para esses alunos que necessitam desse atendimento, essas dentre outras questões contribuíram em conjunto no processo de formação deste presente conteúdo

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo iremos inicialmente apresentar os resultados e discussões referente as perguntas feitas ao pais dos alunos especiais da Sala de Atendimento Educacional Especializado.

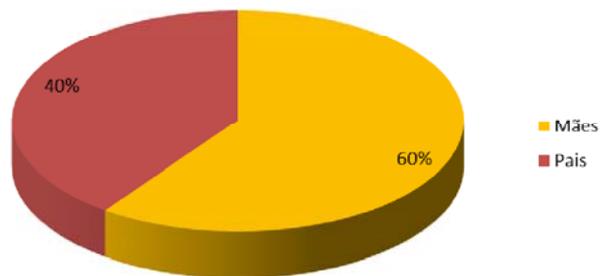


Gráfico 1 – Responsável pelo aluno

Neste Gráfico 1, podemos perceber que as mães representam em termos quantitativo a maior parte, quando se trata de quem é responsável pelo aluno, dentre as 20 pessoas entrevistadas 12(doze) em torno de 60%(sessenta por cento) afirmaram ser mãe e 08(oito), em torno de 40%(quarenta por cento) ser pai.

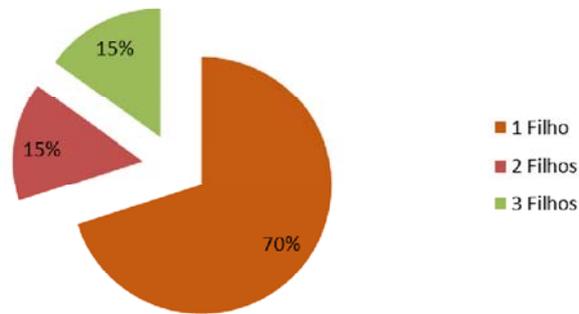


Gráfico 2 - Quantos filhos você tem com necessidades especiais que frequentam a sala do AEE?

Observando o Gráfico 2, podemos analisar que grande maioria das pessoas que participaram da entrevista possui apenas um filho frequentando a sala do AEE, maioria esta que corresponde a 14 pessoas (catorze) em torno de 70%(setenta por cento) dentre as 20 entrevistadas.

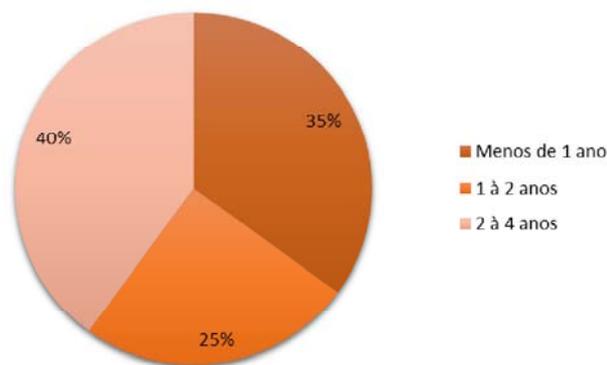


Gráfico 3 - A quanto tempo seu filho está inserido na sala do Atendimento Educacional Especializado da Escola Maria Eudésia de Carvalho?

Quanto à questão do tempo que o aluno participa na sala do AEE, é observável no Gráfico 3, nota-se um certo equilíbrio onde maior parte 40%(quarenta por cento) ou seja 8(oito) alunos estudam de 2 à 4 anos, 35%(trinta e cinco por cento) sendo 7(sete) à menos 1 ano, e 25%(vinte e cinco por cento) que corresponde a 5(cinco) alunos de 1 à 2 anos.

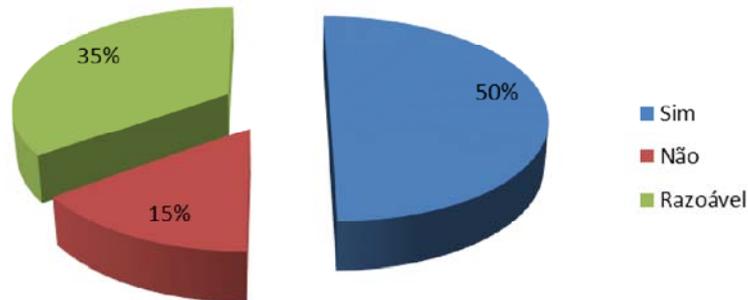


Gráfico 4 - Em sua opinião a escola oferece um espaço físico adequado para atender os alunos que necessitam de um atendimento especial?

Como mostra o Gráfico 4, podemos ver a satisfação com o espaço físico da escola é notado pela, metade dos entrevistados que se dizem satisfeitos com a estrutura que a escola oferece, e a outra metade se dividem entre 35%(trinta e cinco por cento) dizem achar razoável e 15%(quinze por cento) relatam não ser adequado.

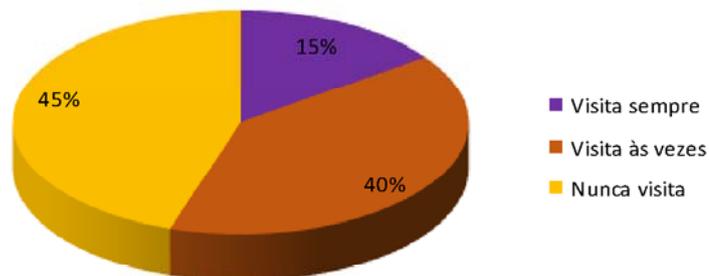


Gráfico 5 - Como é a sua relação com a escola?

No Gráfico 5 podemos analisar que é um ponto que chama atenção da minoria dos pais ou seja apenas 15%(quinze por cento) sempre visitam a escola e as duas grandes partes restantes visitam as vezes ou nunca fazem isso.

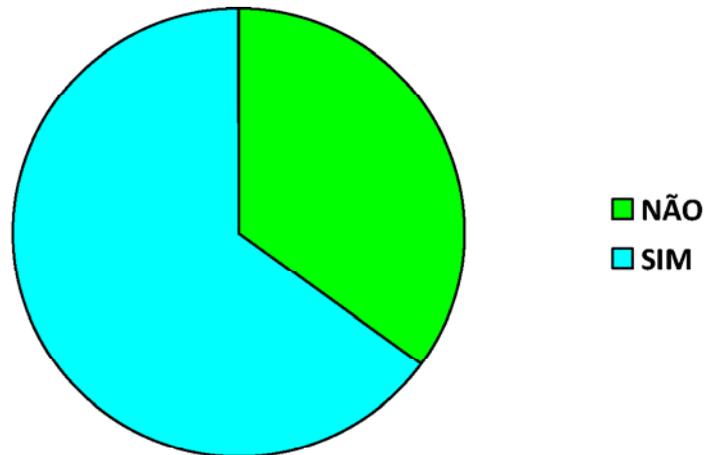


Gráfico 6 - Você já percebeu algum avanço na aprendizagem do seu filho após ele ter sido inserido na sala do AEE da escola?

No Gráfico 6 podemos ver que entre as 20 pessoas entrevistadas 13(treze) se dizem ter percebido um avanço na aprendizagem do filho e 7(sete) pessoas mencionam não perceber isto.

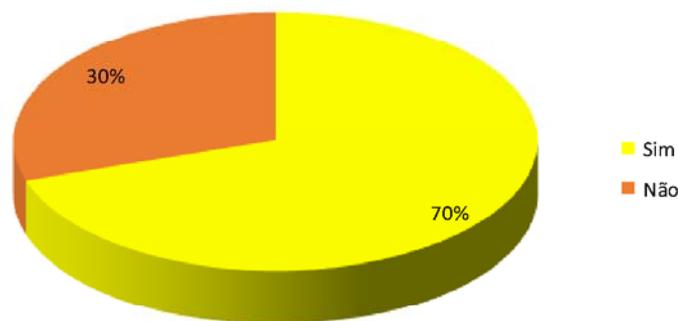


Gráfico 7 - Seu filho já chegou a sofrer BULLING na escola através dos outros alunos, professores e funcionários?

O Gráfico 7 mostrar que o Bulling se faz presente na Escola Maria Eudésia pois grande maioria das pessoas entrevistadas ou seja 14(catorze) dentre as 20 o

que equivale a 70%(setenta por cento), afirmam que seus filhos já sofreram ou sofrem algum tipo de preconceito desse tipo nesta escola.

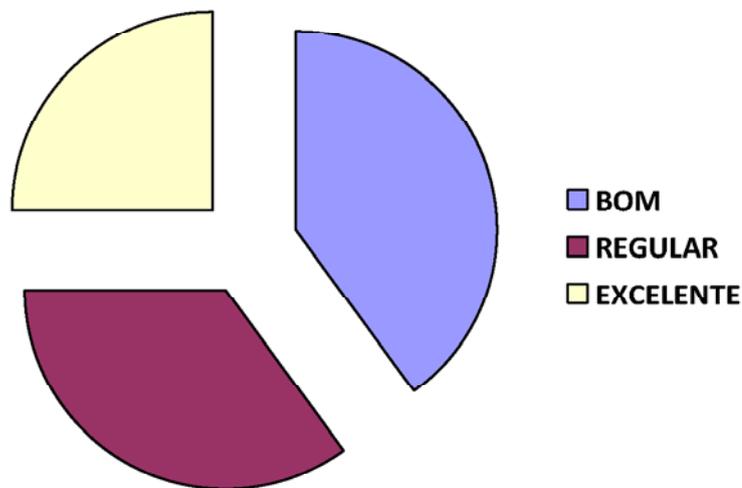


Gráfico 8 - Como você avalia a relação do professor com os alunos na sala?

No Gráfico 8 a gente vê que a relação professor aluno é vista como bom de acordo com o que a entrevista realizada mostra a maioria está 40%(quarenta por cento) ou seja 8(oito) pessoas dizem ser bom, 7(sete) dizem ser regular, e com a menor parcela que afirmam ser excelente 25%(vinte e cinco por cento) que corresponde a 5(cinco) pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa observou-se que estar tendo um certo avanço, no que diz respeito a “inclusão”, pois antes não se tinha uma sala de acompanhamento e hoje já se tem essa possibilidade de interação, entre aluno, professora, gestores, equipe pedagógica e a professora do atendimento da sala do AEE. Essa interação entre as duas instâncias, escola e ambiente de ajuda (sala do AEE), é de muita relevância, pois possibilita a forma mais democrática de socializar e desenvolver melhor as atividades escolares para o determinado público.

Com a realização da pesquisa constatou que ainda se tem muito a caminhar, pois mesmo tendo a fala e profissionais que recebem treinamento para atuarem nesta área ainda falta um pouco de determinação e apreço pela causa aqui constituída, pois se observou que quando chega alguns alunos com determinadas deficiências, a profissional ainda tem receios, por exemplo, múltiplas necessidades que por não ficar quieta era segurada diante de uma tela de computador para observar os desenhos que ali passavam, pois esse aluno não correspondia, segundo a professora da sala de recursos, a nenhum estímulo que ela tentava passar para o mesmo.

Este trabalho fica a disposição para futuras pesquisas e que sirva de apoio para que os profissionais interessados nesta área possam dispor e assim contribuir para futuros estudos a respeito desse mundo que tanto nos deixa confusos no ato de ajudar e expandir os devidos desenvolvimentos.

7.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto e ROSA, Cleonice (orgs). **Reflexões e projetos de intervenção**. Porto Alegre. Artmed, 2002.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394/96 , de 20 de dezembro de 1996.

_____.Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069/90, **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Porto Alegre: CEDICA /RS, 2003.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUCCIO, Maria Isabel e Buccio, Pedro Agostinho. **Educação Especial: uma História em Construção**. Curitiba: IBPEX, 2008.

CAMARGO, Jr. Walter. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Secretaria Especial dos direitos Humanos**, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 2005.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças**. IN: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Fundação Victor Civita,nº 183, 2005. p.40-45.

FARIA, Laura Niquini. **Distúrbios de Aprendizagem – Dislexia é**. Disponível em:<<http://www.dislexiadeleitura.com.br/artigos.php?codigo=38>>. Acesso em 19 set. 2017.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2006.

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2006.

FONSECA, Vítor da. **Tendências futuras da educação inclusiva**. Educação, Porto Alegre, v. 49, p. 99-113, mar. 2003.

FURTADO, Nina Rosa, Cols. **Limites entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. IN: **Revista Nova Escola**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003. p.43-47.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LDBEN, Lei Nº 9.394/2006 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Brasília, 2006.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Educação Inclusiva**. Instituto Panamericano de Educação. Cuiabá, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**, Revista *pátio*, ano v, nº 20, fevereiro/abril 2005.

MARTINS, Vicente. Delinquência Juvenil e Leitura. Disponível em: <<http://www.eduquenet.net/delinquenciaeleitura.htm>>. Acesso em 17 out. 2009.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa Orientação e Normas para Elaboração de Projetos, Monografias e Artigos Científicos**. Rio de Janeiro: vozes, 2005.

MICHALISZYN, Mario. **Educação e Diversidade**. Curitiba: IBPEX, 2008.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio**. Curitiba: IBPEX, 2006.

MORIN, Edgar. **Os novos pensadores da educação**. Revista Nova Escola, São Paulo, p. 19-20, ago. 2002.

PEMSEIS. **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Febem/ RS, 2002.

PPP da escola, 2013-2015

Projeto AEE da escola, 2013-2015

RONEY, Mario. **Legislação e Políticas Públicas na Educação**. Instituto Panamericano de Educação. Cuiabá, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. In: Buccio, Maria Isabel e Buccio, Pedro Agostinho. Educação Especial: uma História em Construção. Curitiba: IBPEX, 2008.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZILIOOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. Curitiba: IBPEX, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário aplicado a professora do AEE da escola

1 – Qual o seu grau de instrução?

() MÉDIO

() ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

() SUPERIOR COMPLETO

2 - Sua área de Formação é atribuída ao cargo que você atua?

() SIM

() NÃO

3 – Você tem formação especializada na educação especial?

() SIM

() NÃO

4 - Há quanto tempo você atua na área da educação especial?

() MENOS DE UM ANO

() DE UM À DOIS ANOS

() DE DOIS À QUATRO ANOS

() ACIMA DE 5 ANOS

5 - Quais as condições que a escola oferece para que você possa atuar na sua área profissional?

() RUIM

() REGULAR

() BOM

() EXCELENTE

6 - A educação especial é pauta nas reuniões e planejamentos presentes na escola?

() SIM

() NÃO

AS VEZES

QUASE NUCA

7 – Antes de você começar a atuar na escola a educação especial já era introduzida na mesma?

SIM

NÃO

8 – A escola possui espaço físico adequado para atender os alunos com necessidades especiais?

SIM

NÃO

RAZOAVEL

9- Como você avalia o desempenho dos alunos de acordo com as condições que a escola oferece?

RUIM

REGULAR

BOM

OTIMO

EXCELENTE

10 - Qual o papel da sala de Atendimento Educacional Especializado na vida do aluno com necessidades especiais?

Apêndice B: Questionário aplicado aos pais dos alunos

1 – Responsável pelo aluno.

- PAI
- MÃE
- AVÓ/TIA

2- Quantos filhos você tem com necessidades especiais que frequentam a sala do AEE? _____

3 – A quanto tempo seu filho está inserido na sala do Atendimento Educacional Especializado da Escola Maria Eudésia de Carvalho?

- MENOS DE UM ANO
- DE UM À DOIS ANOS
- DE DOIS À QUATRO ANOS

4 – Na sua opinião a escola oferece um espaço físico adequado para atender os alunos que necessitam de um atendimento especial?

- SIM
- NÃO
- RAZOAVEL

5- Como é a sua relação com a escola?

- Visita frequentemente a escola para saber o desempenho do seu filho.
- Visita somente quando tem reunião com os pais ou responsável.
- Nunca procura a escola para saber como vai o filho.

6 – Você já percebeu algum avanço na aprendizagem do seu filho após ele ter sido inserido na sala do AEE da escola?

SIM

NÃO

7 – Seu filho já chegou a sofrer BULLING na escola através dos outros alunos, professores e funcionários?

SIM

NÃO

8- Como você avalia a relação do professor com os alunos na sala?

RUIM

REGULAR

BOM

OTIMO

EXCELENTE